

Prestação Anual de Contas 2023



CERREJ
A energia do cooperativismo

1 – Informações Societárias

- 1.1 – Relatório da Administração Societário;
- 1.2 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Societárias;
- 1.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias.

2 – Informações Regulatórias

- 2.1 – Relatório da Administração Regulatório;
- 2.2 – Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Notas Conciliatórias Regulatórias;
- 2.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias.

1 – INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades realizadas no exercício 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Societária elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais são considerados de suma importância para divulgar o desempenho da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ para a sociedade, parceiros e consumidores.

Mensagem do Presidente

O ano de 2023 marca um novo tempo para a CEREJ, pois iniciamos a obra de nossa sede e estamos projetando a construção de uma subestação.

São conquistas de todos através dos resultados obtidos e desempenho da CEREJ perante a sociedade, parceiros, órgão regulador, cooperados e colaboradores.

Continuamos seguindo sempre comprometidos, responsáveis e cooperativos através de uma comunicação clara e objetiva visando atingir a excelência no atendimento e nos serviços prestados.

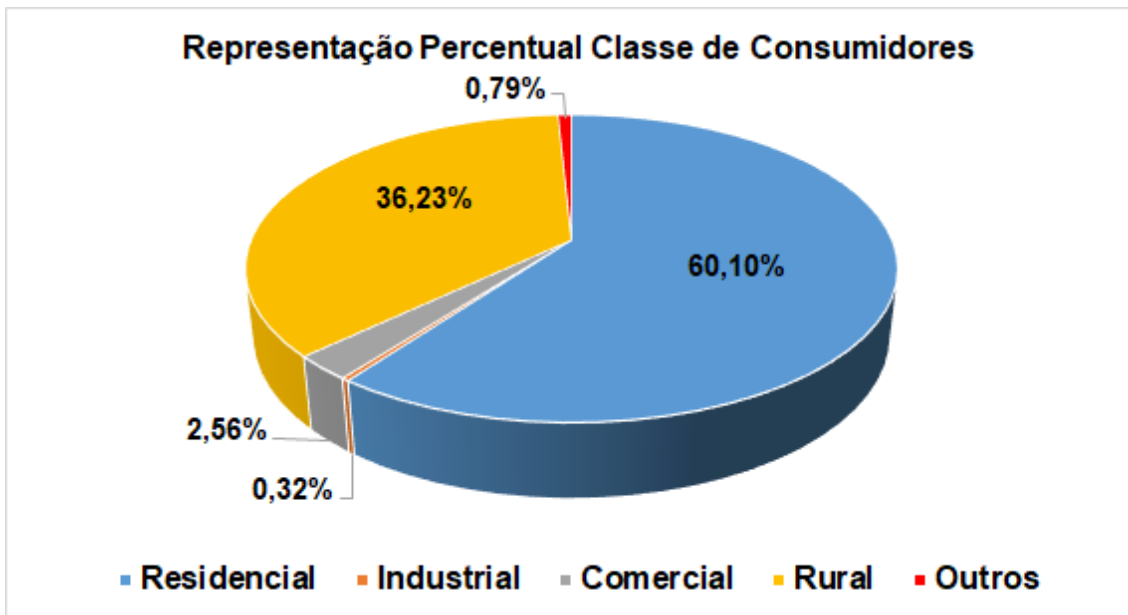
Distribuição

A CEREJ está autorizada para atuar em 15 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, abrangendo como área de concessão 1.680,60 km², e vem prestando seus serviços às comunidades atendidas há mais de 50 anos

Para o bom desempenho, qualidade e agilidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Biguaçu e ainda com 05 bases distribuídas nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento.

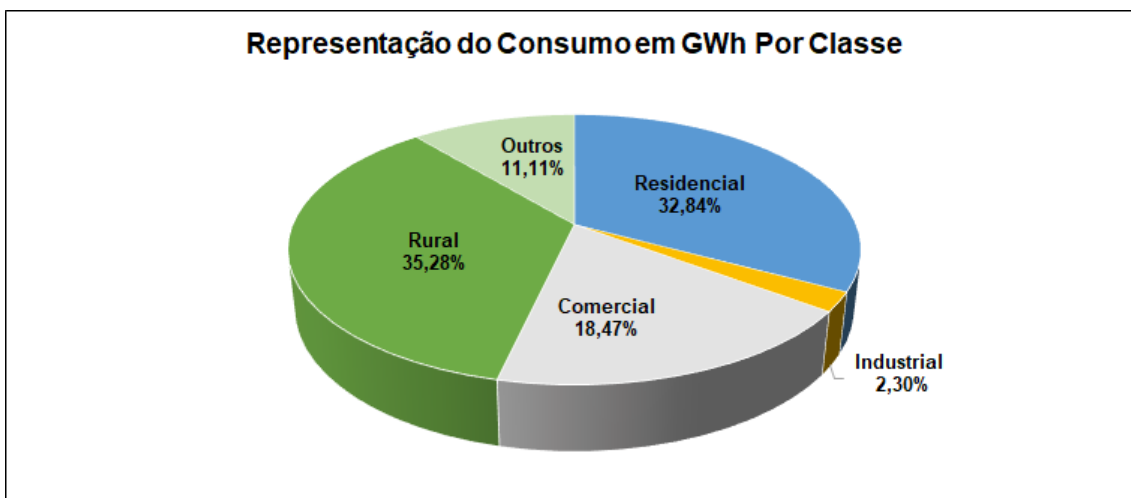
Número de Consumidores Atendidos

Classe	Quantidade		Variação	
	2023	2022	2023	2022
Residencial	9.381	8.910	9.381	8.910
Industrial	50	51	50	51
Comercial	400	378	400	378
Rural	5.655	5.748	5.655	5.748
Outros	124	120	124	120
Total	15.610	15.207	15.610	15.207



Mercado Atendido

Classe	2023		2022		Variação Quantidade
	%	Quantidade	%	%	
Residencial	32,84%	19,858	32,20%	32,84%	19,858
Industrial	2,30%	1,390	2,03%	2,30%	1,390
Comercial	18,47%	11,168	18,88%	18,47%	11,168
Rural	35,28%	21,334	37,46%	35,28%	21,334
Outros	11,11%	6,719	9,43%	11,11%	6,719
Total	100,00%	60,470	100,00%	100,00%	60,470

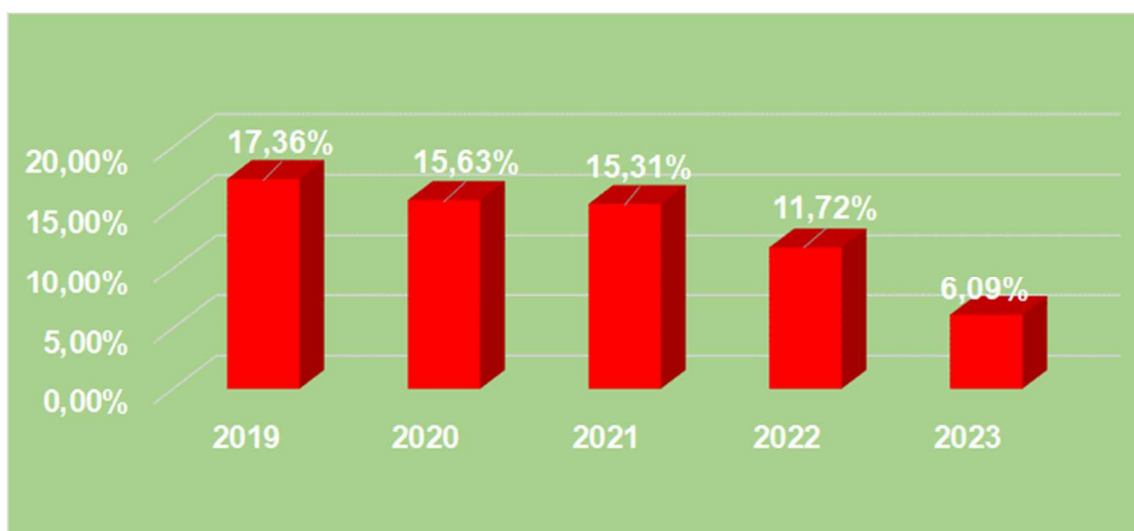


Balço Energético – Em GWh

Descrição	2023		2022		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
[+] Energia Elétrica Adquirida CELESC	97,67%	62,89	98,55%	59,62	5,48%
[+] Energia Elétrica Adquirida PROINFA	2,33%	1,50	1,45%	0,88	70,57%
[=] Total de Energia Elétrica Adquirida	100,00%	64,39	100,00%	60,50	6,43%
[-] Energia Elétrica Distribuída	93,91%	60,47	88,28%	53,41	13,22%
[=] Perdas na Distribuição	6,09%	3,92	11,72%	7,09	-44,74%

No ano de 2023 as Perdas na Distribuição de Energia apresentaram uma redução de -44,74% pontos percentuais se comparadas ao mesmo período de 2022.

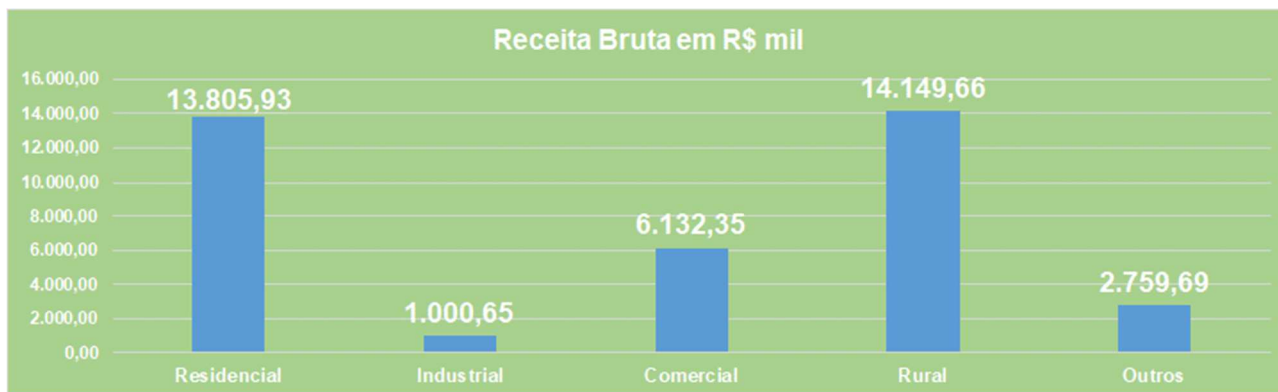
Perda na Distribuição de Energia dos Últimos 5 Anos



Receita

A receita decorrente do fornecimento de Energia Elétrica no Exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 37,8 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	2023		2022		Variação
	%	R\$	%	R\$	
Residencial	36,48%	13.805,93	36,39%	36,48%	13.805,93
Industrial	2,64%	1.000,65	2,30%	2,64%	1.000,65
Comercial	16,20%	6.132,35	16,59%	16,20%	6.132,35
Rural	37,39%	14.149,66	38,32%	37,39%	14.149,66
Outros	7,29%	2.759,69	6,41%	7,29%	2.759,69
Total	100,00%	37.848,27	100,00%	100,00%	37.848,27



Tarifas

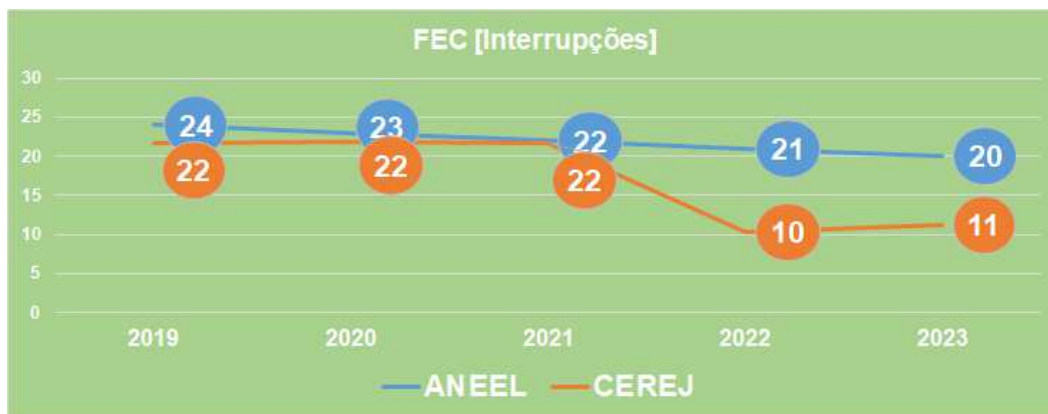
A tarifa média de fornecimento de energia Elétrica em 2023 atingiu o valor de R\$ 695,17, um aumento de 32,80% em relação ao ano de 2022.

Classe	2023	2022	Variação
Residencial	695,23	628,70	10,58%
Industrial	719,82	628,70	14,49%
Comercial	549,08	628,70	-12,66%
Rural	663,25	553,26	19,88%
Outros	848,47	366,20	131,69%
Tarifa Média	695,17	561,11	32,80%

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores esta apresentada nos gráficos abaixo:





Atendimento ao Consumidor

A CER EJ não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

A administração da CER EJ se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CER EJ mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cerej.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

Desempenho Econômico-financeiro

Evolução do Desempenho			Valores em R\$ mil
Resultado Líquido 2023	Resultado Líquido 2022	Variação	
R\$ 9.738	R\$ 4.613	111,10%	
Receita Operacional Líquida 2023	Receita Operacional Líquida 2022	Variação	
R\$ 53.308	R\$ 45.518	17,11%	
Custos Gerenciáveis 2023	Custos Gerenciáveis 2022	Variação	
R\$ 29.576	R\$ 29.952	-1,26%	
Patrimônio Líquido 2023	Patrimônio Líquido 2022	Variação	
R\$ 59.503	R\$ 50.145	18,66%	

Em 2023, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 14.068, maior 71,12% referente ao ano de 2022, aumento provocado principalmente pelo desempenho resultado operacional, conforme demonstração abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2023	2022	Variação
Resultado Operacional	10.560	5.091	107,42%
[+/-] Resultado Financeiro	1.242	1.083	14,68%
[+] Depreciação e Amortização	2.266	2.047	10,70%
EBITDA	14.068	8.221	71,12%

Investimentos

Em 2023, os investimentos da CEREJ foram de vital importância para a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e respostas rápidas as ocorrências nas redes elétricas e atingiram R\$ 8,847 (R\$/mil).

Composição do Sistema de Distribuição

#	Município	Rede Primária (Km)			Rede Secundária (Km)		
		Monofásico	Bifásico	Trifásico	Monofásico	Bifásico	Trifásico
1	Águas Mornas	107,54	0	57,83	34,94	26,26	24,19
2	Angelina	139,18	0	78,87	53,93	19,5	23,85
3	Antônio Carlos	67,77	0	55,87	25,81	8,47	48,5
4	Biguaçu	56,59	0	90,65	64,17	18,34	59,55
5	Canelinha	7,49	0	2,42	5,69	3,09	1,85
6	Governador Celso Ramos	0,022	0	7,61	1	0,43	4,87
7	Leoberto Leal	140,71	0	62,16	41,77	20,83	28,96
8	Major Gercino	53,46	0	65,79	32,53	10,46	16,28
9	Nova Trento	119,84	0	52,21	42,73	18,52	7,83
10	Palhoça	8,97	0	12,73	5,06	2,72	7,34
11	Rancho Queimado	69,75	3,957	67,37	18,27	17,41	44,06
12	Santo Amaro da Imperatriz	7,98	0	0,9	3,69	4,42	0,24
13	São José	3,66	0	0	1,73	0,94	0
14	São Pedro de Alcântara	64,03	0	51,99	34,74	18,99	19,68
15	Tijucas	32,71	0	23,72	16,48	8,67	13,58
Total		879,702	3,957	630,120	382,540	179,050	300,780
Total Por Tipo de Rede		1.513,779			862,370		
Total Geral		2.376,149					

Captação de Recursos

Os investimentos de 2023 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valor Adicionado

Em 2023, o valor adicionado gerado como riqueza pela CER EJ foi de R\$ 34.717 (R\$/mil), representando 51,26% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor	Participação
Pessoal	9.588	27,62%
Governo	14.678	42,28%
Financiadores	714	2,06%
Associados	9.737	28,05%
Total	34.717	100,00%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 885 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 estavam representadas por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Evolução do Número de Associados

Item	Ano					Comparativo 2023 x 2019
	2019	2020	2021	2022	2023	
Total de Associados	15.050	15.537	16.331	17.127	17.878	2.828
Evolução Anual	1.070	487	794	796	751	
Representação %	7,65%	3,24%	5,11%	4,87%	4,38%	18,79%



Número de Associados Por Município

Município	Quantidade de Associados		Evolução	Variação %
	2023	2022		
Biguaçu	3.737	3.626	111	3,06%
Águas Mornas	2.233	2.169	64	2,95%
Antônio Carlos	1.462	1.411	51	3,61%
Angelina	1.352	1.307	45	3,44%
Leoberto Leal	1.226	1.174	52	4,43%
São Pedro de Alcântara	1.169	1.118	51	4,56%
Nova Trento	1.163	1.129	34	3,01%
Rancho Queimado	1.162	1.105	57	5,16%
Major Gercino	1.147	1.080	67	6,20%
Tijucas	1.097	962	135	14,03%
Palhoça	958	929	29	3,12%
Governador Celso Ramos	637	616	21	3,41%
Santo Amaro da Imperatriz	303	284	19	6,69%
Canelinha	180	168	12	7,14%
São José	52	49	3	6,12%
Total	17.878	17.127	751	4,38%

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 17.878 associados em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 eram 17.127 associados.

Relação com o Mercado

A CEREJ busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CEREJ é atuar de forma cooperativa no mercado de energia, serviços, segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CEREJ pretende ser referência entre as cooperativas do ramo, reconhecida pela qualidade dos serviços e desempenho alcançado. A CEREJ busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade junto àquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida;

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a CEREJ vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2023 as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios da Cooperativa.

Recursos Humanos: Na área de recursos Humanos mantivemos melhoria contínua do Programa de Gestão de Processos e Pessoas na Cooperativa, realizando treinamentos focados no desempenho dos colaboradores.

Nosso objetivo é Desenvolver, implementar e monitorar metas e estratégias técnicas e comportamentais, estimulando os profissionais a pensarem de forma mais abrangente. Com foco nos objetivos da cooperativa, abordar aspectos relacionados ao autoconhecimento, ampliação da visão estratégica e planejamento de ações assertivas e direcionadas aos resultados da CEREJ.

Oferecemos benefícios de auxílio alimentação, refeição, plano de saúde, seguro de vida e o constante aprimoramento na área educacional, inclusive com recursos oferecidos também pelo Sescoop.

Proporcionou ainda para todos os seus colaboradores: auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a CEREJ vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programadas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

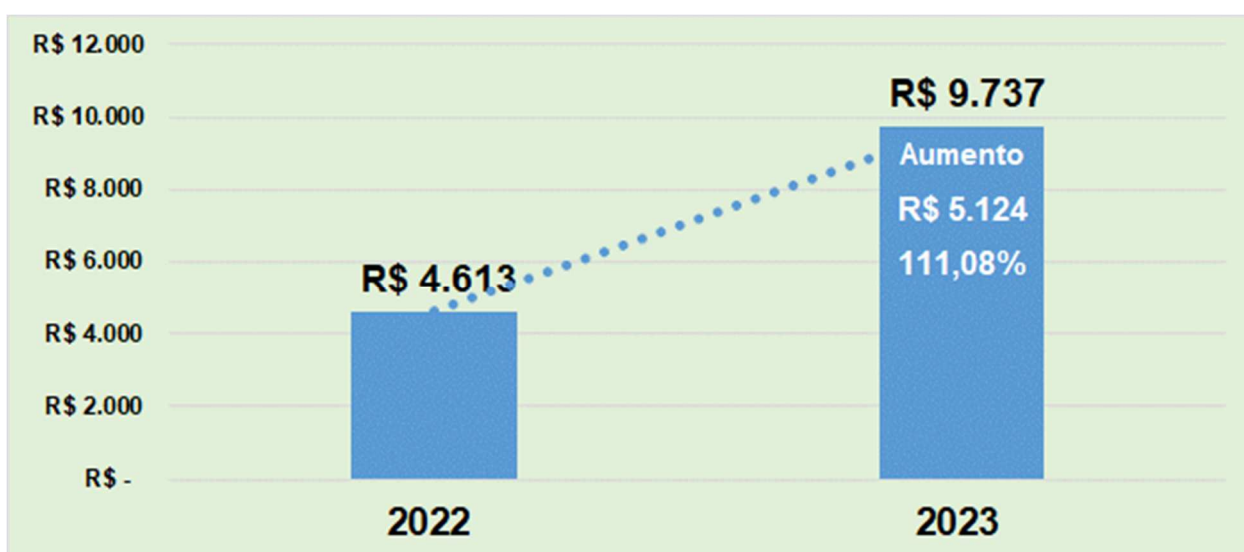
CEREJ em Números

Atendimento	2023	2022	Variação
Número de Consumidores	15.610	15.207	2,65%
Número de Empregados	110	113	-2,65%
Número de Consumidores por Funcionário	138	135	2,54%
Número de Diretores	11	16	-31,25%
Número de Municípios Atendidos	15	15	0,00%
Número de Postos de Atendimento	5	5	0,00%

Mercado	2023	2022	Variação
Área de Concessão [Km ²]	1.680,6	1.680,6	0,00%
Geração Própria [GWh]	-	-	0,00%
Tarifa Média Fornecimento [R\$ por MWh]	695,17	561,11	23,89%

Lucro (Sobra) Líquido Últimos 2 Anos – em R\$ mil

Exercício	Valor	Percentual
2022	R\$ 4.613	8,51%
2023	R\$ 9.737	15,60%



Agradecimentos

Com resultados obtidos, a administração da CEREJ agradece a todos, principalmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da nossa existência, da nossa manutenção a frente dos negócios da cooperativa e que ajudam a fazer dela um motivo de orgulho para todos os municípios atendidos.

Agradecemos também as entidades de classe das quais a CEREJ participa: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever.

Agradecemos ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões importantes para a cooperativa e comunidade.

E finalmente agradecemos as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmoniosos e esclarecedores contatos.

Biguaçu/SC, 31 de dezembro de 2023.

A Administração

1.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS SOCIETÁRIAS 2023

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2023	2022
<u>Circulante</u>		20.341	14.325
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	7.023	3.515
Consumidores	7	8.426	5.798
Impostos e Contribuições Sociais	8	605	1.070
Estoques	9	333	311
Ativos Regulatórios	10	1.953	1.739
Despesas Pagas Antecipadamente	11	37	16
Outros Créditos	12	1.964	1.876
<u>Não Circulante</u>		54.533	48.981
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		19.032	15.971
Ativo Indenizável (Permissão)	13	19.028	15.967
Depósitos Judiciais e Cauções	14	4	4
Investimentos	15	10	8
Intangível	16	35.491	33.002
TOTAL DO ATIVO		74.874	63.306
PASSIVO	NE	2023	2022
<u>Circulante</u>		12.315	9.793
Fornecedores	17	5.357	2.530
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	58	102
Impostos e Contribuições Sociais	19	1.383	327
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	20	2.157	2.072
Encargos do Consumidor a Recolher	21	454	11
Passivos Regulatórios	10	819	1.593
Outras Contas a Pagar	22	2.087	3.158
<u>Não Circulante</u>		3.056	3.368
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	18	134	151
Impostos e Contribuições Sociais	19	1.467	1.108
Provisão para Litígios	23	1.455	2.109
<u>Patrimônio Líquido</u>	24	59.503	50.145
Capital Social		885	864
Reserva de Capital		4	4
Reservas de Sobras		51.544	43.813
Reservas Estatutárias		51.544	43.813
Reservas de Lucros		3.008	2.521
Sobras ou Perdas Acumuladas		4.062	2.943
TOTAL DO PASSIVO		74.874	63.306

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração das Sobras ou Perdas do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2023	2022
Ingresso e Receita Operacional	25	74.063	63.407
Fornecimento de Energia Elétrica		13.458	11.846
Ingresso e Receita Disponibilidade da Rede Elétrica		32.470	24.823
Ingresso e Receita de Construção		7.957	7.835
Outros Ingressos e Receitas Operacionais		20.178	18.903
(-) Deduções do Ingresso e Receita Operacional	26	11.636	9.170
Tributos Sobre Ingresso e Receita		6.462	6.088
Encargos Setoriais		5.174	3.082
(=) Ingresso e Receita Operacional Líquida	27	62.427	54.237
(-) Dispêndio e Custo do Serviço de Energia Elétrica	28	44.864	42.326
Energia Elétrica Comprada para Revenda		17.737	15.161
Encargo de Uso de Rede Elétrica		5.089	4.673
Pessoal		8.666	7.807
Material		1.393	1.635
Serviços de Terceiros		1.879	2.805
Depreciação e Amortização		2.168	1.967
Dispêndio e Custo de Construção		6.539	7.430
Outros Dispêndios e Custos		1.393	848
(=) Resultado Operacional Bruto		17.563	11.911
(-) Dispêndios e Despesas Operacionais		8.245	7.903
Dispêndios e Despesas com Vendas	28	121	104
Dispêndios e Despesas Gerais e Administrativas	28	7.416	7.356
Outros Ingressos/Receitas e Dispêndios/Despesas Líquidas	28	708	443
(=) Resultado do Serviço		9.318	4.008
(+) Resultado Financeiro	29	1.242	1.083
Ingressos e Receitas Financeiras	-	1.956	1.870
Dispêndios e Despesas Financeiras		714	787
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		10.560	5.091
(-) IRPJ	30	599	345
(-) CSLL	30	224	133
(=) Resultado Líquido do Exercício		9.737	4.613

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
				Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Apl. e Melhorias		
Saldo em 31/12/2021	840	4	2.027	4.594	2.085	33.059	3.164	45.773
Aumento de Capital:								
- Por Integralização de Quotas	24	-	-	-	-	-	-	24
Destinação do Resultado - AGO								
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	2.899	2.899	-
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	265	265
Realização de Reservas								
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	623	1.392	2.015	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	4.613	4.613
Destinações Estatutárias	-	-	494	371	591	2.229	3.685	-
Saldo em 31/12/2022	864	4	2.521	4.965	2.053	36.795	2.943	50.145
Aumento de Capital:								
- Por Integralização de Quotas	21	-	-	-	-	-	-	21
Destinação do Resultado - AGO								
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	2.543	2.543	-
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	400	400
Realização de Reservas								
- Por Disposição Estatutária	-	-	-	-	487	1.574	2.061	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	9.737	9.737
Destinações Estatutárias	-	-	487	801	1.642	4.806	7.736	-
Saldo em 31/12/2023	885	4	3.008	5.766	3.208	42.570	4.062	59.503

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades Operacionais		
<u>Sobra Líquida do Exercício</u>	9.737	4.613
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		
Depreciação e Amortização	2.479	2.223
Baixas do Intangível em Serviço	713	568
Provisões no Passivo Não Circulante	-	867
<u>Variações no Ativo</u>	5.570	2.575
Consumidores	-	1.174
Impostos e Contribuições Sociais	465	83
Estoque	-	8
Ativos Regulatórios	-	549
Despesas Pagas Antecipadamente	-	9
Outros Créditos	-	79
Outros Realizáveis	-	3.021
<u>Variações no Passivo</u>	2.925	784
Fornecedores	2.827	697
Impostos e Contribuições Sociais	1.415	358
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	85	612
Passivos Regulatórios	-	55
Encargos do Consumidor a Recolher	443	300
Outras Contas a Pagar	-	14
<u>Total das Atividades Operacionais</u>	9.630	4.912
<u>Atividades de Investimento</u>		
Participações Societárias – Outras Cooperativas	-	2
Aplicações no Intangível - Obras de Distribuição	-	4.408
Aplicações no Intangível - Instalações Gerais	-	424
<u>Total das Atividades de Investimento</u>	5.682	4.834
<u>Atividades de Financiamento</u>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	124
Aumentos de Capital	21	24
Distribuição de Sobras	-	265
<u>Total das Atividades de Financiamento</u>	440	117
<u>Total dos Efeitos no Caixa</u>	3.508	39
Saldo Inicial de Caixa	3.515	3.554
Saldo Final de Caixa	7.023	3.515
<u>Varição no Caixa</u>	3.508	39

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<u>Ingressos e Receitas</u>	73.584	62.862
Venda de Energia	45.928	36.668
Ingresso e Receita de Construção	7.957	7.835
Prestação de Serviços	5	6
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	104
Outros Resultados Operacionais	19.815	18.457
<u>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</u>	38.558	36.971
<u>Insumos Consumidos</u>	<u>38.558</u>	<u>36.971</u>
Energia Comprada para Revenda	17.737	15.161
Encargo de Uso de Rede Elétrica	5.089	4.674
Outros Insumos Adquiridos	2.796	3.323
Material e Serviços de Terceiros	4.979	5.978
Dispêndio e Custo da Construção	7.957	7.835
<u>(=) Valor Adicionado Bruto</u>	35.026	25.891
<u>(-) Depreciações e Amortizações</u>	- 2.266	- 2.047
<u>(=) Valor Adicionado Líquido</u>	32.760	23.844
<u>(+) Valor Adicionado Transferido</u>	1.957	1.870
Ingressos e Receitas Financeiras	1.957	1.870
<u>(=) Valor Adicionado a Distribuir</u>	34.717	25.714
<u>Distribuição do Valor Adicionado:</u>	34.717	25.714
<u>Pessoal</u>	9.588	8.644
Remunerações	6.897	6.740
Encargos Sociais - FGTS	860	649
Auxílio Alimentação	1.300	878
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	531	377
<u>Governo</u>	14.678	11.670
Federal	8.301	5.625
Estadual	6.376	6.038
Municipal	1	7
<u>Financiadores</u>	714	787
Outros Encargos Financeiros	714	787
<u>Cooperados</u>	9.737	4.613
Sobras Retidas	9.737	4.613
Valor Adicionado (médio) por Empregado	328	232

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CERES é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERES está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2023, a CERES realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Contábeis – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2024.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.676 de 18 de novembro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 30 de dezembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contrato. Em 15 de abril de 2021 a CERES celebrou o quarto aditivo ao contrato de permissão no qual o seu prazo de vigência passou de vinte, originalmente contratado, para trinta anos, encerrando-se em 21 de outubro de 2038. A alteração do prazo da permissão foi resultado do ofício enviada a ANEEL em 13 de fevereiro de 2017 no qual solicitava a celebração de termo aditivo ao contrato de permissão alterando o prazo de vigência da permissão de 20 anos para 30 anos nos termos do parágrafo 3º do Art. 23 da Lei nº 9.074/1995.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Águas Mornas, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas passem por processos de reajuste e revisão anualmente.

Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras

manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos “gerenciáveis”, inerentes as operações de distribuição de energia elétrica, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Estão igualmente de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas Conselho Federal de Contabilidade – CFC, citadas pelas siglas NBC; ITG e; CTG. Observam ainda os preceitos da Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira – A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R\$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa – Os fluxos de caixa dos investimentos no curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações no curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber – Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou

cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques – Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Ativos e Passivos Regulatórios – em conformidade com o Comunicado Técnico – CTG 08, estão presentes os requisitos básicos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos ou passivos financeiros com característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

A Cooperativa reconheceu os efeitos temporários representados pelos componentes financeiros da tarifa, registrando os valores em subtítulos específicos denominados Ativo Financeiro e Passivo Financeiro em contrapartida de Receita com Demais Ativos e Passivos Financeiros.

4.6. Não Circulante – Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.7. Ativo Financeiro Indenizável (Permissão) – Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

4.8. Intangível – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida pelo outorgante para ser utilizada pelo outorgado como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do NBC TG 04 (R4) – Ativo Intangível e a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão e do Comunicado Técnico CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros

contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.9. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* – A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.10. Benefícios a Empregados – Os pagamentos de benefícios como salários, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.11. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo – Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável.

4.12. Provisão para Litígios – Os Passivos contingentes são provisionados sempre que a perda for avaliada como provável, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os

montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.13. Ingressos e Receitas, Dispêndios e Despesas – A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.13.1. Ingresso e Receita Não Faturada – Corresponde ao ingresso/receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e ao ingresso/receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.13.2. Ingresso e Receita de Construção – A cooperativa contabiliza ingressos/receitas e dispêndios/custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de contribuição adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) todo ingresso/receita de construção está relacionado com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como dispêndio/custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.14. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas tem regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.15. Tributação do Resultado – A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os créditos decorrentes de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social sobre prejuízos fiscais podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.16. Operações com Terceiros – As operações com não associados são escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a ITG 2004 – Entidades Cooperativas, conforme apresentamos na nota 30.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos – A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber de Clientes: apresentados na nota 7;

Ativos e Passivos Regulatórios: apresentados na nota 10;

Outros Ativos Circulantes: apresentados na nota 12;

Ativo Financeiro Indenizável: apresentados na nota 13;

Fornecedores: apresentados na nota 17;

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: apresentado na nota 18.

5.2. Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo	37.708	37.708	27.953	28.433
Caixa e equivalentes de caixa	7.023	7.023	3.515	3.515
Contas a receber	8.426	8.426	5.798	5.798
Ativo Indenizável (Permissão)	19.028	19.028	15.967	15.967
Outros	3.231	3.231	2.673	3.153
Ativos Regulatórios	1.953	1.953	1.739	1.739
Subvenção e Subsídio Tarifários	1.278	1.278	1.414	1.414
Passivo	6.368	6.368	4.376	4.376
Fornecedores	5.357	5.357	2.530	2.530
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	192	192	253	253
Passivos Regulatórios	819	819	1.593	1.593

5.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

Instrumentos Financeiros	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo	19.028	18.680	-	37.708
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.023	-	7.023
Contas a receber	-	8.426	-	8.426
Ativo Indenizável (Permissão)	19.028	-	-	19.028
Outros	-	3.231	-	3.231
Passivo	-	-	819	819
Fornecedores	-	-	5.357	5.357
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	-	192	192
Passivos Regulatórios	-	-	819	819

5.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

5.4.1. Risco de Crédito: Advém da possibilidade de a cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

5.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: Advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Caixa e Bancos	750	565
Aplicações no Mercado Aberto		
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata Remuneradas com Base em CDB/CDI	6.273	2.950
	6.273	2.950
	7.023	3.515

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias e taxas de remuneração consideradas adequadas.

7. Consumidores – Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência, líquido da provisão para perdas prováveis no recebimento dos créditos. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos		Vencidos		PCLD (-)	Total	
	Vincendos		até 90 dias	mais 90 dias		2023	2022
Consumidores							
Residencial	1.315		512	237	-	236	1.828
Industrial	126		68	44	-	24	214
Comercial	672		460	54	-	44	1.142
Rural	1.580		508	201	-	91	2.198
Poder Público	30		6	2	-	2	36
Iluminação Pública	304		33	1.198	-	1.153	382
Serviços Públicos	4		-	-	-	-	4
Renda Não Faturada	1.664		-	-	-	-	1.664
Parcelamento Energia	649		52	94	-	70	725
Serviços Taxados/Outros	226		30	1	-	24	233
	6.570		1.669	1.831	-	1.644	8.426
							5.798

Os valores a receber de não associados contidos na tabela acima era de R\$ 374 mil no encerramento do exercício de 2023.

8. Impostos e Contribuições Sociais

	2023	2022
Ativo Circulante		
IRPJ a Recuperar	325	567
CSLL a Recuperar	124	252
IRRF s/Aplicações Financeiras	125	65
PIS a Recuperar	1	-
COFINS a Recuperar	2	2
ICMS a Recuperar	27	183
Outros Tributos a Compensar	1	1
	605	1.070

8.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a infraestrutura de prestação do serviço da cooperativa (Ativo Permanente - CIAP), instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48

conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

9. Estoque

	2023	2022
Materiais por Categoria		
Condutores	36	23
Ferramentas	55	47
Estruturas	9	14
Medidores	2	-
Chaves	73	61
Parafusos e Ferragens	9	11
Iluminação Pública	8	9
Equipamentos de Segurança	114	125
Materiais Diversos	27	21
	333	311

10. Ativos e Passivos Regulatórios – Componentes Financeiros da Tarifa

Os componentes financeiros da tarifa representam as diferenças temporárias nos custos/dispêndios não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos/dispêndios integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que o ingresso/receita correspondente é faturado aos consumidores, conforme normas do setor de energia elétrica e disposições da ANEEL.

	2023	2022
Ativos Regulatórios		
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	-	3
PROINFA - Neutralidade	6	-
IF - CUSD Energia	202	872
Outros CF Tarifa	-	405
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Amortização</u>		
IF - Ajuste Reajuste/Revisão	908	459
Outros CF Tarifa	837	-
	1.953	1.739
Passivos Regulatórios		
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Constituição</u>		
TFSEE - Neutralidade	3	-
CDE - Neutralidade	170	192
PROINFA - Neutralidade	11	54
Compensação DIC/FIC	95	-
<u>Componente Financeiro da Tarifa - Em Amortização</u>		
TFSEE - Neutralidade	9	1
CDE - Neutralidade	303	26
PROINFA - Neutralidade	48	4
Compensação DIC/FIC	180	292
Retenção Bandeiras Tarifárias	-	1.024
	819	1.593

11. Despesas Pagas Antecipadamente – Dispêndios/Despesas Antecipadas

As despesas/dispêndios antecipadas referem-se aos gastos com prêmios de seguro pagos antecipadamente, tendo como cobertura a frota de veículos.

12. Outros Créditos

	2023	2022
Empregados	350	125
Adiantamento a Fornecedores	35	21
Serviços Prestados p/ Terceiros	35	6
Serviços em Curso	202	236
Subvenção CDE	1.278	1.414
Outros	64	74
	1.964	1.876

13. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 28/2008, de 30 de dezembro de 2008, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão. Esta parte a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Financeiro Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.946
Transferência para Ativo Financeiro	2.273
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.967
Transferência para Ativo Financeiro	2.324
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	737
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.028

	2023	2022
Ativo Intangível		
Ativo Intangível - Permissão	35.491	33.001
Outros intangíveis	-	1
Soma do Intangível	35.491	33.002
Ativo Financeiro Indenizável		
Custo do Financeiro Indenizável	15.906	13.583
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	3.122	2.384
Soma do Financeiro	19.028	15.967

14. Depósitos Judiciais e Cauções

	2023	2022
Depósito Judicial - Natureza Civil		
Não Circulante - Realizável a Longo Prazo	4	4
	4	4

15. Investimentos – Participações Societárias Permanentes

	Participação	Valor	
		2023	2022
Participações Societárias			
Integralização de Cota Cooperativa	0%	10	8
		10	8

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.860	11.247	46.613	12.946	2.706	30.961
Direito de uso da permissão	65.257	-	65.257	-	3.610	33.001
Outros intangíveis	43	42	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65.300	12.721	52.579	15.967	3.610	33.002
Direito de uso da permissão	73.276	-	73.276	-	4.452	35.491
Outros intangíveis	43	43	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.319	14.348	58.971	19.028	4.452	35.491

16.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos

serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e conseqüente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CEREJ, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

16.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados. A amortização das obrigações especiais é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

17. Fornecedores

	2023	2022
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	3.896	1.462
	3.896	1.462
Materiais e Serviços		
Materiais e Serviços	1.461	1.068
	1.461	1.068
	5.357	2.530

18. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os saldos das obrigações referem-se à modalidade de Financiamento Bancários, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de aquisição de veículos. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Possui ainda obrigações na modalidade de Financiamentos contraídos para aquisição de bens da infraestrutura de distribuição de energia elétrica com recursos provenientes do RGR.

Saldos das obrigações:

	Taxa	Vigência	2023	2022
Circulante				
CRESOL - CCB Veículos	1,19% a.m.	20/02/2026	32	102
SICREDI - Coop Credito Aliança	0,93% a.m.	25/07/2025	26	-
			58	102
Não Circulante				
CRESOL - CCB Veículos	1,19% a.m.	20/02/2026	94	-
SICREDI - Coop Credito Aliança	0,93% a.m.	25/07/2025	40	151
			134	151

19. Impostos e Contribuições Sociais

	2023	2022
Passivo Circulante		
Imposto de Renda	415	158
Contribuição Social	158	65
PIS	9	9
COFINS	9	5
ICMS	668	-
ISS	7	12
INSS	2	6
FGTS	56	61
Impostos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	6	5
Parcelamento de Tributos - Federais	46	-
Outras Obrigações Tributárias	7	6
	1.383	327
Passivo Não Circulante		
INSS Parcelamentos	-	-
Parcelamento de Tributos - Federais	406	297
IRPJ Diferido - Sobre Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	780	596
CSLL - Diferido - Sobre Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	281	215
	1.467	1.108

19.1. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 30.

20. Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas

	2023	2022
Folha de Pagamento Líquida	658	631
Provisões Trabalhistas - Férias	1.232	1.179
Tributos Retidos na Fonte	261	258
Consignações em Favor de Terceiros	2	2
Outros	4	2
	1.499	1.441
	2.157	2.072

21. Encargos do Consumidor a Recolher

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	444	2
Taxa de Fiscalização - TFSEE	10	9
	454	11

22. Outras Contas a Pagar

	2023	2022
Consumidores	1.264	679
Convênios de Arrecadação	823	2.479
	2.087	3.158

23. Provisão para Litígios

	2023		Depósito Judicial	2022		Depósito Judicial
	Valor da Provisão			Valor da Provisão		
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
Processos de Ressarcimento	-	655	Sem dep.	-	1.242	Sem dep.
ICMS s/ TUSD	-	868	Sem dep.	867	867	Sem dep.
	-	655		867	2.109	

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital Social

24.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 885 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social estava representado por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

24.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 17.878 associados em 31 de dezembro de 2023, no ano de 2022 eram 17.127 associados.

24.2. Natureza e Finalidade das Reservas de Sobras

24.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição

obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

24.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

24.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

24.3. Reservas de Lucros – Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

24.4. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2023		2022
Resultado do Exercício	9.737		4.613
Destinações			
RATES	-	1.642	-
Reserva Legal	-	801	-
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	-	4.806	-
Reserva de Resultados a Realizar	-	487	-
	-	7.736	-
Realização de Reservas			
RATES		487	623
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria		1.574	1.392
		2.061	2.015
Sobras a Disposição da AGO		4.062	2.943

25. Ingresso/Receita Operacional

	2023	2022
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	4.821	4.254
Industrial	365	280
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.224	2.078
Rural	4.941	4.547
Poder Público	82	69
Iluminação Pública	896	702
Serviço Público	14	10
Renda Não Faturada	115	94
	13.458	11.846
b) Ingresso e Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	11.623	8.903
Industrial	881	586
Comercial, Serviços e Outras Atividades	5.363	4.348
Rural	11.912	9.515
Poder Público	198	145
Iluminação Pública	2.159	1.469
Serviço Público	34	21
Renda Não Faturada	300	164
	32.470	24.823
c) Ingresso e Receita de Construção	7.957	7.835
d) Outros Ingressos e Receitas Operacionais		
Doações, Contribuições e Subvenções	19.010	18.013
Rendas de Prestação de Serviços	6	6
Outras Receitas	1.162	884
	20.178	18.903
	74.063	63.407

26. Deduções da Receita/Ingressos

	2023	2022
Tributos Sobre Ingresso e Receita		
COFINS	113	83
PIS	24	18
ICMS	6.325	5.987
	6.462	6.088
Encargos Setoriais		
CDE	5.052	2.973
TFSEE - Taxa de Fiscalização	122	109
	5.174	3.082
	11.636	9.170

27. Ingresso e Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	Receita Líquida
Em 2023					
Fornecimento de Energia Elétrica	13.458	- 40	- 1.853	- 1.516	10.049
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	32.470	- 98	- 4.471	- 3.658	24.243
Receita de Construção	7.957	-	-	-	7.957
Outras Receitas Operacionais	20.178	-	-	-	20.178
	74.063	- 138	- 6.324	- 5.174	62.427
Em 2022					
Fornecimento de Energia Elétrica	11.846	- 33	- 1.934	- 996	8.883
Ingresso/Receita Disponibilidade da Rede Elétrica	24.823	- 68	- 4.053	- 2.086	18.616
Receita de Construção	7.835	-	-	-	7.835
Outras Receitas Operacionais	18.903	-	-	-	18.903
	63.407	- 101	- 5.987	- 3.082	54.237

28. Dispêndios, Custos e Despesas e Despesas Operacionais

	Dispêndios e Custos de Bens e/ou Serviços	Dispêndios e Despesas com Vendas	Dispêndios e Despesas Gerais e Administrat.	Outros Ing./Rec. (Disp./Disp.) Líquidas	Total
Em 2023 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	17.737	-	-	-	17.737
Encargo de Uso de Rede Elétrica	5.089	-	-	-	5.089
Pessoal e Administradores	8.666	-	3.730	-	12.396
Material	1.393	-	233	-	1.626
Serviços de Terceiros	1.879	-	1.473	-	3.352
Depreciação e Amortização	2.168	-	98	-	2.266
Dispêndio e Custo de Construção	6.539	-	1.418	-	7.957
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	1.393	121	464	708	2.686
	44.864	121	7.416	708	53.109
Em 2022 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15.161	-	-	-	15.161
Encargo de Uso de Rede Elétrica	4.673	-	-	-	4.673
Pessoal e Administradores	7.807	-	3.129	-	10.936
Material	1.635	-	263	-	1.898
Serviços de Terceiros	2.805	-	1.275	-	4.080
Depreciação e Amortização	1.967	-	80	-	2.047
Dispêndio e Custo de Construção	7.430	-	405	-	7.835
Outros Dispêndios, Custos e Despesas	848	104	2.204	443	3.599
	42.326	104	7.356	443	50.229

28.1. Dispêndio/Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 (R1) Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita/ingresso correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

29. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2023	2022
(-) Ingressos e Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	544	306
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	324	319
Outros Ingressos e Receitas Financeiras	1.089	1.245
	1.957	1.870
Dispêndios e Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	712	522
Outros Dispêndios e Despesas Financeiras	2	265
	714	787
	1.243	1.083

30. IRPJ e CSLL - Demonstração de Resultado para Efeito Tributário

Contas	Operações com		Soma	Resultados Diferidos	Total
	Associados	Terceiros			
Resultado Líquido do Exercício em 2022	3.714	405	4.119	494	4.613
Resultado Líquido do Exercício em 2023	7.437	1.814	9.251	487	9.738

31. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

31.1. Segmentos e Atividades de Negócios

31.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias, quando for o caso.

31.2. Áreas Geográficas – Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Biguaçu, São José, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, Palhoça, São de Pedro de Alcântara, Tijucas, Águas Mornas e Antônio Calos, todos no Estado de Santa Catarina.

31.3. Principais Clientes – As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2023 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.769 mil, representando 3,98% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

32. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido a igualdade de direito entre os associados nas deliberações sociais das sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e conselhos	-	65	545	-	65	512
	-	65	545	-	65	512

33. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos abrangendo a frota de veículos.

Descrição	Vigência	Valor Prêmio	Valor Danos Segurados	
			Materiais	Pessoais
Frota - Veículos	03/02/2024	158	2.606	3.670
		158	2.606	3.670

A cooperativa possui ainda seguro de vida com cobertura acidental no caso de morte e invalidez permanente para todos os funcionários.

34. Contingências

34.1. Ações nas Quais a Cooperativa Figura como Ré na Esfera Cível

Atualmente a cooperativa figura como ré no âmbito cível em 32 Ações de Ressarcimento, decorrentes de suas atividades operacionais, próprias da entidade. O valor global é de R\$ 1.207 mil e o montante da maior ação é de R\$ 400 mil. Segundo assessoria jurídica a chance de perda é provável para 30 ações cujos valores em litígio somavam R\$ 587 mil, montante devidamente provisionado. Os valores em litígios nas demais ações, cujas perdas foram classificadas como possível, somam R\$ 620 mil.

34.2. Litígio na Esfera Fiscal Tributário – ICMS Sobre TUSD

Com o advento da Medida Provisória nº 255, de 29 de junho de 2022, adotada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, versando sobre a redução da alíquota do ICMS sobre energia elétrica, entre outros temas tributários e, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, houve entendimento claro sobre a não incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. Mesmo diante da clareza de entendimento, a Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC enviou consulta à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando esclarecimento específico sobre o tema, obtendo resposta considerada afirmativa sobre a não incidência do tributo sobre a TUSD.

Diante das normas e entendimentos acima a cooperativa passou a não tributar a TUSD sobre o faturamento, aplicando o procedimento para as competências correspondentes ao período de setembro a dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 um dos representantes dos auditores fiscais do Grupo Setorial Energia Elétrica – GESENE manifestou-se diretamente ao superintendente da FECOERUSC nos seguintes termos:

Por ora, a SEF/SC não irá implementar a não incidência sobre os serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais fixada pela LC 194/2022, pois aguarda negociações que estão sendo conduzidas no STF, bem como, o desenlace da ADI 7195 que será julgada no mesmo tribunal.

Ante a manifestação da autoridade de fiscalização a cooperativa alterou novamente o procedimento tributário, retornando à tributação da TUSD pela incidência do ICMS.

Para os valores do tributo cujo período de faturamento não foi cobrado, a cooperativa estimou o montante de R\$ 867 mil, contabilizando como possível perda com litígio fiscal tributário, embora espera negociar o perdão da dívida junto a autoridade tributária.

35. Outras Informações

35.1. Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 152 mil.

35.2. Subvenção CDE – Baixa Densidade de Carga

Valor a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para compensar a reduzida densidade de carga do mercado da CEREJ, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 3º, da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 1.548 mil reais.

35.3. Reajuste Tarifário

Para fins do reajuste tarifário de 2023 e em conformidade com a metodologia PRORET 8.4 a CEREJ solicitou os valores de Parcela B por meio de correspondência fundamentada enviada à ANEEL.

A receita requerida para o processo da CEREJ, calculado pela Superintendência de Gestão Tarifária – SGT, para aplicação a partir de 30 de setembro de 2023, resultou em R\$ 57.763 mil. Deste total, 45,83% corresponde a parcela A, no valor de R\$ 26.472 mil e à parcela B, correspondendo a 54,17%, o valor de R\$ 31.291 mil.

35.3.1. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da CEREJ, constantes da Resolução Homologatória nº 3.123 de 27 de setembro de 2022, ficaram, em média, reajustadas em 18,34%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2023 a 29 de setembro de 2024, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.271 de 26 de setembro de 2023.

35.4. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

35.5. ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CEREJ elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução Normativa ANEEL n.º 933/2021, foi também elaborado as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhamento à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022 e foram observadas pela CEREJ a partir do referido período.

Biguaçu - SC, 31 de dezembro de 2023.

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

Renann Luiz Kreusch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

1.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores, Conselheiros e Associados da

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ

Biguaçu - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normais brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A cooperativa está desobrigada de apresentar o Relatório da Administração. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR - CEREJ**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

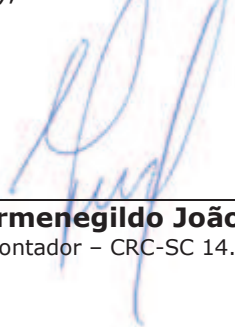
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 23 de fevereiro de 2024.


Hermenegildo João Vanoni

Contador – CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

2 – INFORMAÇÕES REGULATÓRIAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades realizadas no exercício 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais são considerados de suma importância para divulgar o desempenho da Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior – CEREJ para a sociedade, parceiros e consumidores.

Mensagem do Presidente

O ano de 2023 marca um novo tempo para a CEREJ, pois iniciamos a obra de nossa sede e estamos projetando a construção de uma subestação.

São conquistas de todos através dos resultados obtidos e desempenho da CEREJ perante a sociedade, parceiros, órgão regulador, cooperados e colaboradores.

Continuamos seguindo sempre comprometidos, responsáveis e cooperativos através de uma comunicação clara e objetiva visando atingir a excelência no atendimento e nos serviços prestados.

Distribuição

A CEREJ está autorizada para atuar em 15 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, abrangendo como área de concessão 1.680,60 km², e vem prestando seus serviços às comunidades atendidas há mais de 50 anos

Para o bom desempenho, qualidade e agilidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Biguaçu e ainda com 05 bases distribuídas nos municípios de Águas Mornas, Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento.

Número de Consumidores Atendidos

Classe	Quantidade		Variação	
	2023	2022	Quantidade	Percentual
Residencial	9.381	8.910	471	5,29%
Industrial	50	51	-1	-1,96%
Comercial	400	378	22	5,82%
Rural	5.655	5.748	-93	-1,62%
Outros	124	120	4	3,33%
Total	15.610	15.207	403	2,65%

Mercado Atendido

Classe	2023		2022		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Residencial	32,84%	19,858	32,20%	17,506	13,44%

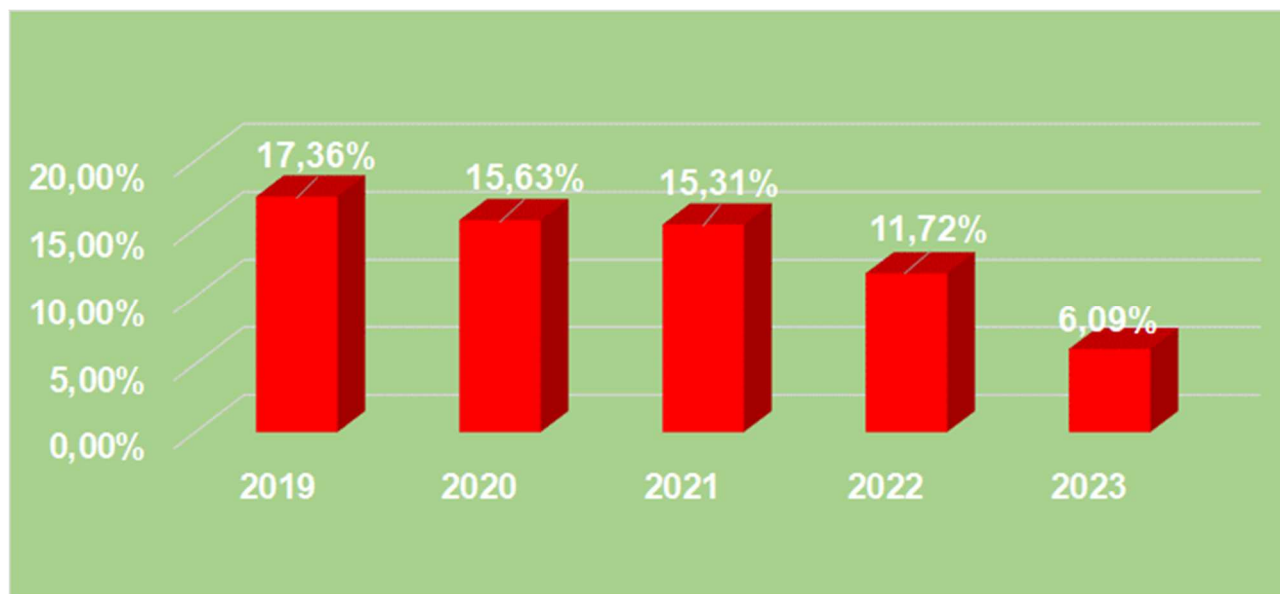
Industrial	2,30%	1,390	2,03%	1,104	25,94%
Comercial	18,47%	11,168	18,88%	10,264	8,81%
Rural	35,28%	21,334	37,46%	20,364	4,76%
Outros	11,11%	6,719	9,43%	5,127	31,05%
Total	100,00%	60,470	100,00%	54,366	11,23%

Balço Energético – Em GWh

Descrição	2023		2022		Variação
	%	Quantidade	%	Quantidade	
[+] Energia Elétrica Adquirida CELESC	97,67%	62,89	98,55%	59,62	5,48%
[+] Energia Elétrica Adquirida PROINFA	2,33%	1,50	1,45%	0,88	70,57%
[=] Total de Energia Elétrica Adquirida	100,00%	64,39	100,00%	60,50	6,43%
[-] Energia Elétrica Distribuída	93,91%	60,47	88,28%	53,41	13,22%
[=] Perdas na Distribuição	6,09%	3,92	11,72%	7,09	-44,74%

No ano de 2023 as Perdas na Distribuição de Energia apresentaram uma redução de -44,74% pontos percentuais se comparadas ao mesmo período de 2022.

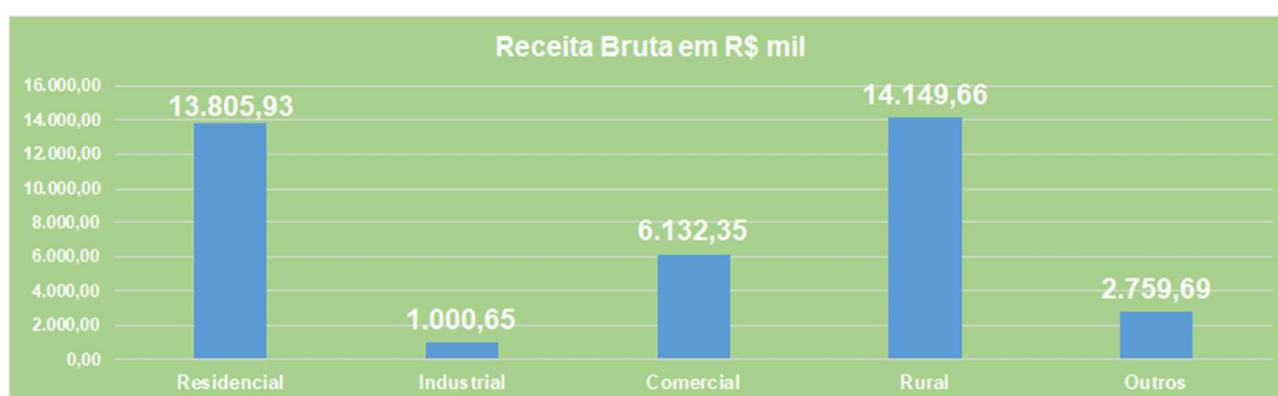
Perda na Distribuição de Energia dos Últimos 5 Anos



Receita

A receita decorrente do fornecimento de Energia Elétrica no Exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 37,8 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	2023		2022		Variação
	%	R\$	%	R\$	
Residencial	36,48%	13.805,93	36,39%	11.090,11	24,49%
Industrial	2,64%	1.000,65	2,30%	700,24	42,90%
Comercial	16,20%	6.132,35	16,59%	5.055,91	21,29%
Rural	37,39%	14.149,66	38,32%	11.677,36	21,17%
Outros	7,29%	2.759,69	6,41%	1.952,69	41,33%
Total	100,00%	37.848,27	100,00%	30.476,31	24,19%



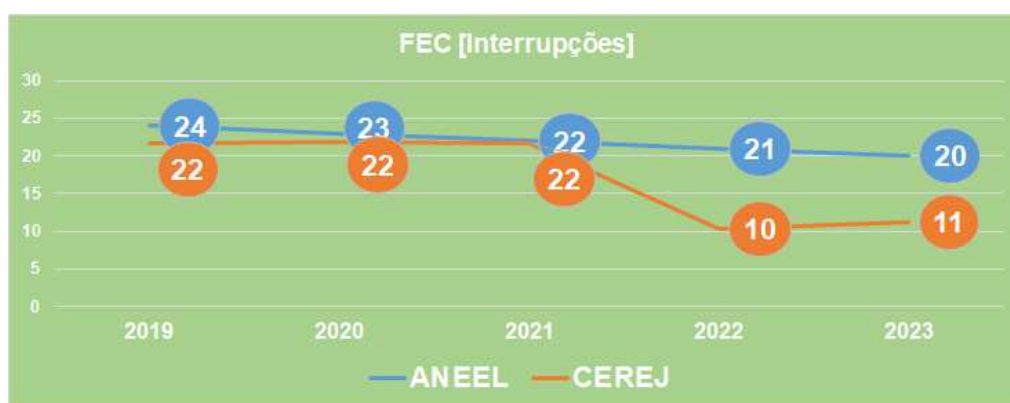
Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia Elétrica em 2023 atingiu o valor de R\$ 695,17, um aumento de 32,80% em relação ao ano de 2022.

Classe	2023	2022	Variação
Residencial	695,23	628,70	10,58%
Industrial	719,82	628,70	14,49%
Comercial	549,08	628,70	-12,66%
Rural	663,25	553,26	19,88%
Outros	848,47	366,20	131,69%
Tarifa Média	695,17	561,11	32,80%

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor, e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor. A evolução desses indicadores esta apresentada nos gráficos abaixo:



Atendimento ao Consumidor

A CEREJ não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

Tecnologia da Informação

A administração da CEREJ se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CEREJ mantém uma página na rede mundial de computadores (www.cerej.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

Desempenho Econômico-financeiro

Valores em R\$ mil

Evolução do Desempenho			
Resultado Líquido 2023	Resultado Líquido 2022	Variação	
R\$ 8.823	R\$ 3.453	155,52%	
Receita Operacional Líquida 2023	Receita Operacional Líquida 2022	Variação	
R\$ 54.470	R\$ 46.402	17,39%	
Custos Gerenciáveis 2023	Custos Gerenciáveis 2022	Variação	
R\$ 22.753	R\$ 23.224	-2,03%	
Patrimônio Líquido 2023	Patrimônio Líquido 2022	Variação	
R\$ 58.951	R\$ 50.507	16,72%	

Em 2023, o EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 12.298, maior 96,80% referente ao ano de 2022, aumento provocado principalmente pelo desempenho do resultado operacional, conforme demonstração abaixo:

Reconciliação do Resultado Operacional	2023	2022	Variação
Resultado Operacional	9.396	3.677	155,53%
[+/-] Resultado Financeiro	504	334	50,90%
[+] Depreciação e Amortização	2.398	2.238	7,15%
EBITDA	12.298	6.249	96,80%

Investimentos

Em 2023, os investimentos da CEREJ foram de vital importância para a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e respostas rápidas as ocorrências nas redes elétricas e atingiram R\$ 8.847 (R\$/mil).

Captação de Recursos

Os investimentos de 2023 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

Valos Adicionado

Em 2023, o valor adicionado gerado como riqueza pela CEREJ foi de R\$ 34.717 (R\$/mil), representando 51,26% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição	Valor	Participação
Pessoal	9.588	27,62%
Governo	14.678	42,28%
Financiadores	714	2,06%
Associados	9.737	28,05%
Total	34.717	100,00%



Composição do Capital Social: O capital social é representado por 885 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 estavam representadas por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;

Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo à participação de 17.878 associados em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 eram 17.127 associados.

Relação com o Mercado

A CEREJ busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CEREJ é atuar de forma cooperativa no mercado de energia, serviços, segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CEREJ pretende ser referência entre as cooperativas do ramo, reconhecida pela qualidade dos serviços e desempenho alcançado.

A CEREJ busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, clientes, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade junto àquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida;

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a CEREJ vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela qualidade total: Em 2023 as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios da Cooperativa.

Recursos Humanos: Na área de recursos Humanos mantivemos melhoria contínua do Programa de Gestão de Processos e Pessoas na Cooperativa, realizando treinamentos focados no desempenho dos colaboradores.

Nosso objetivo é Desenvolver, implementar e monitorar metas e estratégias técnicas e comportamentais, estimulando os profissionais a pensarem de forma mais abrangente. Com foco nos objetivos da cooperativa, abordar aspectos relacionados ao autoconhecimento, ampliação da visão estratégica e planejamento de ações assertivas e direcionadas aos resultados da CEREJ.

Oferecemos benefícios de auxílio alimentação, refeição, plano de saúde, seguro de vida e o constante aprimoramento na área educacional, inclusive com recursos oferecidos também pelo SESCOOP.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a CEREJ vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programadas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

CEREJ em Números

Atendimento	2023	2022	Variação
Número de Consumidores	15.610	15.207	2,65%
Número de Empregados	110	113	-2,65%
Número de Consumidores por Funcionário	138	135	2,54%
Número de Diretores	11	16	-31,25%
Número de Municípios Atendidos	15	15	0,00%
Número de Postos de Atendimento	5	5	0,00%

Mercado	2023	2022	Variação
Área de Concessão [Km ²]	1.680,6	1.680,6	0,00%
Geração Própria [GWh]	-	-	0,00%
Tarifa Média Fornecimento [R\$ por MWh]	695,17	561,11	23,89%

Agradecimentos

Com resultados obtidos, a administração da CEREJ agradece a todos, principalmente aos seus associados e consumidores, que são a razão da nossa existência, da nossa manutenção a frente dos negócios da cooperativa e que ajudam a fazer dela um motivo de orgulho para todos os municípios atendidos.

Agradecemos também as entidades de classe das quais a CEREJ participa: FECOERUSC, OCESC, SESCOOP e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever.

Agradecemos ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões importantes para a cooperativa e comunidade.



E finalmente agradecemos as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmoniosos e esclarecedores contatos.

Biguaçu/SC, 31 de dezembro de 2023.

A Administração

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS 2023

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ

CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

Balanco Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2023	2022
Ativo Circulante		20.342	14.325
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.023	3.515
Consumidores	4	8.426	5.798
Serviços em Curso		121	141
Tributos Compensáveis		605	1.070
Almoxarifado Operacional		333	311
Ativos Regulatórios	6	1.953	1.739
Despesas Pagas Antecipadamente		37	16
Outros Ativos Circulantes		1.844	1.735
Ativo Não Circulante		57.371	52.142
Depósitos Judiciais e Cauções		4	4
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		10	8
Imobilizado	5	57.357	52.130
TOTAL DO ATIVO		77.713	66.467
PASSIVO	NE	2023	2022
Passivo Circulante		12.315	9.793
Fornecedores		5.357	2.530
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	58	102
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.157	2.072
Tributos		1.383	327
Encargos Setoriais		454	11
Passivos Regulatórios	6	819	1.593
Outros Passivos Circulantes		2.087	3.158
Passivo Não Circulante		6.447	6.167
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7	134	151
Tributos		406	297
Provisão para Litígios	9	1.455	2.109
Obrigações Vinculadas à Concessão	10	4.452	3.610
TOTAL DO PASSIVO		18.762	15.960
Patrimônio Líquido	11	58.951	50.507
Capital Social		885	864
Reserva de Capital		4	4
Outros Resultados Abrangentes		1.533	1.960
Reserva de Sobras		51.519	43.788
Reserva de Lucros		948	948
Sobras à Disposição da Assembleia		4.062	2.943
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.713	66.467

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ
CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2023	2022
Receita Operacional	12	66.106	55.572
Fornecimento de Energia Elétrica		12.379	14.224
Ativos e Passivos Regulatórios		1.079	2.378
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		32.470	24.823
Serviços Cobráveis		5	6
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		19.010	18.013
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão do Serv. de Energia		1.163	884
(-) Deduções da Receita Operacional		11.636	9.170
(-) Tributos sobre a Receita		6.462	6.088
ICMS		6.325	5.987
PIS-PASEP		24	18
COFINS		113	83
(-) Encargos do Consumidor		5.174	3.082
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		5.052	2.973
Taxa de Fiscalização de Serv. de Energia Elétrica - TFSEE		122	109
(=) Receita Operacional Líquida		54.470	46.402
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		22.825	19.835
Energia Elétrica Comprada para Revenda		17.020	14.627
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		716	534
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		5.089	4.674
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		31.645	26.567
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		22.753	23.224
Pessoal e Administradores	14	12.396	10.936
Material		1.627	1.898
Serviços de Terceiros		3.352	4.079
Arrendamentos e Aluguéis		275	245
Seguros		307	61
Provisões		534	972
(-) Recuperação de Despesas		539	383
Tributos		52	104
Depreciação e Amortização		2.398	2.238
Outros Custos		2.417	2.157
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		1.002	917
(=) Resultado do Serviço		8.892	3.343
(+) Resultado Financeiro		504	334
Despesas Financeiras		714	787
Receitas Financeiras		1.218	1.121
(=) Resultado antes do IRPJ e da CSLL		9.396	3.677
Contribuição Social		158	66
Imposto de Renda		415	158
(=) Resultado líquido do exercício		8.823	3.453

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ
CNPJ 82.574.864/0001-81
Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reserva de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Lucros Reserva para Contingências	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
					Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria		
Saldo em 31/12/2021	840	4	2.625	948	4.594	2.084	32.285	3.915	47.295
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	24	-	-	-	-	-	-	-	24
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	-	265	- 265
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	3.650	- 3.650	-
Reversão de Reservas	-	-	665	-	-	623	1.393	2.681	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.453	3.453
- Destinações Estatutárias	-	-	-	-	371	591	2.229	- 3.191	-
Saldo em 31/12/2022	864	4	1.960	948	4.965	2.052	36.771	2.943	50.507
Aumento de Capital:									
- Por Integralização de Quotas	21	-	-	-	-	-	-	-	21
Destinação do Resultado - AGO									
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	-	-	400	- 400
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	2.543	- 2.543	-
Reversão de Reservas	-	-	427	-	-	487	1.574	2.488	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.823	8.823
- Destinações Estatutárias	-	-	-	-	801	1.642	4.806	- 7.249	-
Saldo em 31/12/2023	885	4	1.533	948	5.766	3.207	42.546	4.062	58.951

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooper. de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Sen. Esteves Junior – CEREJ
CNPJ 82.574.864/0001-81

Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	8.823	3.453
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	2.964	4.751
Depreciação e Amortização	2.611	2.412
Baixas do Imobilizado	1.007	1.472
Provisões no Exigível a Longo Prazo	-	654
Variações no Ativo	- 2.509	446
Consumidores	-	2.628
Serviços em Curso	20	-
Tributos Compensáveis	465	-
Depósitos Judiciais e Cauções	-	-
Almoxarifado Operacional	-	22
Ativos Regulatórios	-	214
Despesas Pagas Antecipadamente	-	21
Outros Realizáveis	-	109
Variações no Passivo	3.517	- 134
Fornecedores	2.827	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	85	-
Tributos	1.165	-
Encargos Setoriais	443	-
Passivos Regulatórios	-	774
Obrigações com Associados	-	-
Obrigações Vinculadas a Concessão	842	-
Outros Passivos	-	1.071
Total das Atividades Operacionais	12.795	8.516
Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado	-	8.847
Total das Atividades de Investimento	- 8.847	8.437
Atividades de Financiamento		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	61
Aumentos de Capital	-	21
Distribuição de Sobras	-	400
Total das Atividades de Financiamento	- 440	118
Total dos Efeitos no Caixa	3.508	- 39
Saldo Inicial de Caixa	3.515	3.554
Saldo Final de Caixa	7.023	3.515
Varição no Caixa	3.508	- 39

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CEREJ é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu Contrato de Permissão.

De acordo com o Contrato de Permissão de Distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da Permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa.

A outorgada está autorizada a requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da CEREJ. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis, para fins Regulatórios, especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras, distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, podem não representar adequadamente o desempenho financeiro ou a posição financeira e patrimonial de

uma Empresa, apresentando diferenças de valores pela aplicação de algumas normas contábeis societárias distintas das normas regulatórias. Estas divergências estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações e notas explicativas foram preparadas em Reais (R\$) e estão apresentadas com valores expressos em mil Reais. A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas neste relatório, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de março de 2012. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização).

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.2. Imobilizado em curso: o custo compreende o preço dos itens adquiridos acrescido dos demais custos necessários a sua entrada em operação. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, até o momento que antecede a entrada em funcionamento do ativo.

3.3. Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

3.4. Obrigações especiais vinculadas à permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.5. Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi realizada em 31 de março de 2012 e atualizada em 31 de março de 2013, com base em Laudo de Reavaliação, e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2012.

3.6. Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de

que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.7. Base de Consolidação - Não Aplicável

Do ponto de vista conceitual, as demonstrações individuais só deveriam ser divulgadas publicamente para o caso de entidades que não tivessem investimentos em controladas. No caso de existência desses investimentos, as entidades deveriam divulgar somente as demonstrações consolidadas, conforme estabelecido nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A cooperativa não possui investimentos em controladas, havendo coincidência entre a estrutura e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2023	Total 2022
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia														
Residencial	1.314	-	512	37	26	174	(236)	249	-	-	-	(36)	2.040	1.506
Industrial	125	-	68	21	-	24	(24)	127	-	-	-	-	341	253
Comercial	672	-	460	12	6	36	(44)	162	-	-	-	(7)	1.297	593
Rural	1.580	-	508	60	50	91	(91)	255	-	-	-	(26)	2.427	1.771
Poderes Públicos	29	-	6	1	-	2	(1)	-	-	-	-	-	37	12
Iluminação Pública	304	-	33	10	35	1.153	(1.153)	1	-	-	-	-	383	320
Serviço Público	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3
Serviço Taxado	2	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	1	1
Fornecimento Não Faturado	1.664	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.664	1.250
Outros	255	-	-	-	-	-	(23)	-	-	-	-	-	232	89
Total	5.949	-	1.587	141	117	1.480	(1.573)	794	-	-	-	(69)	8.426	5.798

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias e;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública, vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2023 não houve realização da provisão motivada pelo esgotamento das alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. IMOBILIZADO

5.1. A composição do imobilizado e suas movimentações é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	65.358	-	-	2.521	6.913	69.750	4.392	19.645	50.105	46.654	4.087	671	3.416
Máquinas e equipamentos	62.837	-	-	2.241	6.164	66.760	3.923	18.501	48.259	45.155	4.087	671	3.416
Veículos	2.508	-	-	280	749	2.977	469	1.131	1.846	1.499	-	-	-
Móveis e utensílios	13	-	-	-	-	13	-	13	-	-	-	-	-
Administração	1.298	-	-	-	-	1.298	-	552	746	771	-	-	-
Terrenos	653	-	-	-	-	653	-	-	653	653	-	-	-
Máquinas e equipamentos	317	-	-	-	-	317	-	278	39	54	-	-	-
Móveis e utensílios	328	-	-	-	-	328	-	274	54	64	-	-	-
Subtotal	66.656	-	-	2.521	6.913	71.048	4.392	20.197	50.851	47.425	4.087	671	3.416
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	3.225	7.338	42	6.913	-	3.608	383	-	3.608	3.225	1.036	-	1.036
Distribuição	1.348	1.998	42	2.088	-	1.216	132	-	1.216	1.348	1.036	-	1.036
Máquinas e equipamentos	1.877	5.340	-	4.825	-	2.392	515	-	2.392	1.877	-	-	-
Outros	1.480	1.418	-	-	-	2.898	1.418	-	2.898	1.480	-	-	-
Administração	1.480	1.418	-	-	-	2.898	1.418	-	2.898	1.480	-	-	-
Outros	1.480	1.418	-	-	-	2.898	1.418	-	2.898	1.480	-	-	-
Subtotal	4.705	8.756	42	6.913	-	6.506	1.801	-	6.506	4.705	1.036	-	1.036
Total do Ativo Imobilizado	71.361	8.756	-	2.563	-	77.554	6.193	20.197	57.357	52.130	5.123	671	4.452

5.2. A composição dos saldos do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas Anuais médias de depreciação %	2023			2022
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço		71.048	- 20.197	50.851	47.425
Distribuição		69.750	- 19.645	50.105	46.654
Custo histórico	4,02	62.521	- 13.943	48.578	44.702
Reavaliação	1,83	7.229	- 5.702	1.527	1.952
Administração		1.298	- 552	746	771
Custo histórico	2,59	1.101	- 361	740	763
Reavaliação	1,32	197	- 191	6	8
Em curso		6.506	-	6.506	4.705
Distribuição		3.608	-	3.608	3.224
Administração		2.898	-	2.898	1.481

5.3. A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	43	-	-	-	-	43	-	43	-	-
Softwares	43	-	-	-	-	43	-	43	-	-
Subtotal	43	-	-	-	-	43	-	43	-	-
Total do Ativo Intangível	43	-	-	-	-	43	-	43	-	-

5.4. A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	62.837	5.689	- 1.766	-	7.223	66.760	3.923
Transformador de Distribuição	9.446	848	- 468	-	817	9.826	380
Medidor	2.565	218	- 188	-	57	2.595	30
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	35.391	4.214	- 625	-	1.983	38.980	3.589
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	8.196	409	- 67	-	74	8.538	342
Redes Alta Tensão (69 kV)	60	-	- 6	-	13	54	6
Demais Máquinas e Equipamentos	7.179	-	- 412	-	4.393	6.767	412
Obrigações Especiais do AIS Bruto	- 3.610	- 1.967	1.125	-	-	4.452	842
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	- 3.610	- 1.967	1.125	-	-	4.452	842

5.5. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	5.180	923	191	-	47	170	6.511
Outros	1.566	602	-	-	-	77	2.245
Total das Adições	6.746	1.525	191	-	47	247	8.756

5.6. Taxas de Depreciação do Ativo Imobilizado

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
T transformador de Distribuição	4,00
T transformador de Medida	4,35
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Edificações	3,33
Veículos	14,29

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 4121/23	729
2 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 2142/23	148
3 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 703/23	113
4 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 10058/23	75
5 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 2489/23	75
6 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 4492/23	72
7 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 2714/23	71
8 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 6321/23	67
9 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 1218/23	64
10 - Rede de Baixa Tensão - Processo nº 13791/23	57

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 1404/23	19
2 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 2714/23	17
3 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 1407/23	17
4 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 2142/23	16
5 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 11333/23	13
6 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 14307/23	12
7 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 2638/23	12
8 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 12786/23	12
9 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 2489/23	12
10 - Rede de Baixa Tensão - Identificação da Baixa nº 12643/23	12

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERESJ não apurou valores decorrentes de variação de custos da “Parcela A”.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais ativos e passivos regulatórios é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.739	4.164	- 3.950	-	-	1.953	1.745	208	1.953	-
Neutralidade da Parcela A										
Saldo em Constituição	1.280	1.547	- 2.619	-	-	208	-	208	208	-
Saldo em Amortização	459	2.617	- 1.331	-	-	1.745	1.745	-	1.745	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.739	4.164	- 3.950	-	-	1.953	1.745	208	1.953	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.593	1.673	- 2.447	-	-	819	540	279	819	-
Neutralidade da Parcela A										
Saldo em Constituição	246	863	- 830	-	-	279	-	279	279	-
Saldo em Amortização	1.347	810	- 1.617	-	-	540	540	-	540	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.593	1.673	- 2.447	-	-	819	540	279	819	-

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos das obrigações referem-se à modalidade de Financiamentos Bancários, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de aquisição de veículos. As garantias estão representadas por avais dados pelos representantes da cooperativa.

Saldos das obrigações:

	Taxa	Vigência	2023	2022
Circulante				
CRESOL - CCB Veículos	1,19% a.m.	20/02/2026	32	102
SICREDI - Coop Credito Aliança	0,93% a.m.	25/07/2025	26	-
			58	102
Não Circulante				
CRESOL - CCB Veículos	1,19% a.m.	20/02/2026	94	-
SICREDI - Coop Credito Aliança	0,93% a.m.	25/07/2025	40	151
			134	151

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A CERESJ não apurou imposto de renda e contribuição social diferido sobre resultados regulatórios.

9. PROVISÕES PARA LITÍGIOS

Tratam-se de ações nas quais a cooperativa figura como ré no âmbito cível, decorrentes das atividades operacionais, próprias de suas atividades.

O valor total da provisão para contingências, em 31 de dezembro, estava assim representado:

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2022	-	1.242	867	-	-	-	2.109
Baixas/Reversão	-	(654)	-	-	-	-	(654)
Saldos em 31/12/2023	-	588	867	-	-	-	1.455

9.1. Ações nas quais a cooperativa figura como ré na esfera Cível

Atualmente a cooperativa figura como ré no âmbito cível em 32 Ações de Ressarcimento, decorrentes de suas atividades operacionais, próprias da entidade. O valor global é de R\$ 1.207 mil e o montante da maior ação é de R\$ 400 mil. Segundo assessoria jurídica a chance de perda é provável para 30 ações, cujos valores em litígio somavam R\$ 588 mil, montante devidamente provisionado. Os valores em litígios nas demais ações, cujas perdas foram classificadas como possível, somam R\$ 620 mil.

9.2. Litígio na esfera Fiscal Tributário – ICMS Sobre TUSD

Com o advento da Medida Provisória nº 255, de 29 de junho de 2022, adotada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, versando sobre a redução da alíquota do ICMS sobre energia elétrica, entre outros temas tributários e, em decorrência da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, houve entendimento claro sobre a não incidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. Mesmo diante da clareza de entendimento, a Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC enviou consulta à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando esclarecimento específico sobre o tema, obtendo resposta considerada afirmativa sobre a não incidência do tributo sobre a TUSD.

Diante das normas e entendimentos acima a cooperativa passou a não tributar a TUSD sobre o faturamento, aplicando o procedimento para as competências correspondentes ao período de setembro a dezembro de 2022.

Em 20 de dezembro de 2022 um dos representantes dos auditores fiscais do Grupo Setorial Energia Elétrica – GESENE manifestou-se diretamente ao superintendente da FECOERUSC nos seguintes termos:

Por ora, a SEF/SC não irá implementar a não incidências sobre os serviços de transmissão, distribuição e encargos setoriais fixada pela LC 194/2022, pois aguarda negociações que estão sendo conduzidas no STF, bem como, o desenlace da ADI 7195 que será julgada no mesmo tribunal.

Ante a manifestação da autoridade de fiscalização a cooperativa alterou novamente o procedimento tributário, retornando à tributação da TUSD pela incidência do ICMS.

Para os valores do tributo cujo período de faturamento não foi cobrado, a cooperativa estimou o montante de R\$ 867 mil, contabilizando como possível perda com litígio fiscal tributário, embora espera negociar o perdão da dívida junto a autoridade tributária.

10. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a às Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		3.949	-	-	3.949
Participação da União, Estados e Municípios	3,79	211	-	-	211
Participação Financeira do Consumidor	3,63	3.495	-	-	3.495
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,82	157	-	-	157
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	4,65	86	-	-	86
Outros		138	-	-	138
Outros	4,35	138	-	-	142
(-) Amortização Acumulada - AIS		- 612	-	-	- 612
Participação da União, Estados e Municípios	-	78	-	-	78
Participação Financeira do Consumidor	-	455	-	-	455
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	43	-	-	43
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	36	-	-	36
Outros	-	59	-	-	59
Outros	-	59	-	-	59
Total		3.416	-	-	3.416

10.1. A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em serviço	3.358	639	19	29	-	3.949	591	-	3.949	3.358
Participação da União, Estados e Municípios	211	-	-	-	-	211	-	-	211	211
Participação Financeira do Consumidor	2.904	639	19	29	-	3.495	591	-	3.495	2.904
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	157	-	-	-	-	157	-	-	157	157
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	86	-	-	-	-	86	-	-	86	86
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138
Outros	138	-	-	-	-	138	-	-	138	138
(-) Amortização Acumulada - AIS	467	145	-	-	-	612	145	612	612	467
Participação da União, Estados e Municípios	70	8	-	-	-	78	8	78	78	70
Participação Financeira do Consumidor	328	127	-	-	-	455	127	455	455	328
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	37	6	-	-	-	43	6	43	43	37
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	32	4	-	-	-	36	4	36	36	32
Outros	53	6	-	-	-	59	6	59	59	53
Outros	53	6	-	-	-	59	6	59	59	53
Total	2.976	488	19	29	-	3.416	440	671	3.416	2.976

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em Curso	301	437	-	46	-	692	391	-	692	301
Participação Financeira do Consumidor	301	437	-	46	-	692	391	-	692	301
Outros	333	-	64	75	-	344	139	-	344	333
Outros	333	-	64	75	-	344	11	-	344	333
Total	634	437	64	29	-	1.036	530	-	1.036	634

10.2. As dez principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1. VALE DO MACIAMBUR IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA Processo 703/23	108
2. CIMES CONSTRUTOR E INCORPORADORA LTDA Processo 1232/23	29
3. PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS Processo 4382/23	24
4. PREFEITURA M. DE BIGUACU Processo 12441/23	22
5. JOAO GUESSER Processo 4787/23	21
6. VILSON SANTELINO DA ROCHA Prcoesso 7660/23	16
7. SONIA DENISE BOMEKE TORRES Processo 7660/23	16
8. MARIA TEREZINHA PRIM WALTRICH Processo 1282/23	14
9. ROSELI SIQUEIRA Proceso 1580/23	9
10. FLORESTA VERDE EMPREENDIMENTOS IMOB. E PARTI. SPE LTDA Processo 2980/23	7

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

11.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 885 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social estava representado por 864 mil quotas no valor de R\$ 1,00 cada quota.

11.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 17.878 associados em 31 de dezembro de 2023, no ano de 2022 eram 17.127 associados.

11.2. Natureza e Finalidade das Reservas

11.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

11.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei nº 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

11.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

11.2.4. Reserva de Resultados a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

11.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2023	2022
Resultado do Exercício	8.823	3.453
Destinações		
RATES	1.642	591
Reserva Legal	801	371
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	4.806	2.229
Outras Destinações	-	-
Soma das Destinações	7.249	3.191
Realização de Reservas		
RATES	487	623
Reserva Legal	-	-
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	1.574	1.393
Outros Resultados Abrangentes	427	665
Soma das Realizações de Reservas	2.488	2.681
Sobras a Disposição da AGO	4.062	2.943

12. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	15.605	15.208	60,46	54,35	13.343	14.318
Residencial	9.381	8.913	19,86	17,51	4.821	5.101
Industrial	50	52	1,39	1,10	365	336
Comercial	400	378	11,17	10,26	2.224	2.492
Rural	5.655	5.750	21,33	20,36	4.941	5.452
Poder Público	96	94	0,33	0,28	82	83
Iluminação Pública	17	15	6,31	4,79	896	842
Serviço Público	6	6	0,07	0,05	14	12
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	15.605	15.208	-	-	32.470	24.987
Consumidores Cativos	15.605	15.208	-	-	32.470	24.987
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	415	(258)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financ. S	-	-	-	-	1.080	(2.378)
Serviços Cobráveis e Outras Receitas	-	-	-	-	(1.187)	890
Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	-	-	-	-	19.010	18.013
Total	15.605	15.208	60,46	54,35	65.131	55.572

13. COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Nos exercícios de 2023 e 2022, a CER EJ não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2023	2022
Pessoal	11.851	10.423
Remuneração	6.345	6.227
Encargos	3.026	2.567
Outros Benefícios - Corrente	1.830	1.255
Outros	650	374
Administradores	545	513
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	545	513
Total	12.396	10.936

15. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação dos ganhos e resultados foi calculada de acordo com a contabilidade societária, tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

As taxas efetivas e nominais, utilizadas no cálculo das provisões para o imposto de renda e contribuição social, foram consideradas coincidentes.

16. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

16.1. Segmentos e Atividades de Negócios

A Cooperativa opera atividade de distribuição de energia elétrica exclusivamente, de modo que a Demonstração do Resultado do Exercício representa em todos os aspectos o resultado de seus negócios.

16.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

16.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

16.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Biguaçu, São José, Angelina, Santo Amaro da Imperatriz, Canelinha, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, Palhoça, São de Pedro de Alcântara, Tijucas, Aguas Mornas e Antônio Calos, todos no Estado de Santa Catarina.

16.3. Principais Clientes - As receitas/ingressos provenientes de um único cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2023 chegaram a perfazer um montante de R\$ 1.769 mil, representando 3,98% do total das receitas/ingressos da cooperativa.

17. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A Resolução Normativa ANEEL nº 704, de 28 de março de 2016, estabeleceu nova metodologia de cálculo para reajustes e revisões. Esta nova metodologia prevê alteração da cláusula décima quarta do contrato de permissão, por meio de um Novo Termo aditivo, o qual foi assinado pela CEREJ em 19 de agosto de 2016. A Resolução propôs também uma nova data para a revisão que passou a ser 30 de setembro de cada ano.

17.1. Reajuste Tarifário Anual

Em 30 de dezembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 28/2008 entre a União e a CEREJ por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

A Resolução Normativa 704, de 23 de março de 2016, aprovou o Submódulo 8.4 e a revisão dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e minuta de termo aditivo ao contrato de permissão.

Pela nova regra, as permissionárias poderiam optar por assinar novo termo aditivo ao contrato de permissão ficando livres para definirem a Parcela B seguindo a metodologia do PRORET 8.4 ou continuar com tarifas definidas pelo PRORET 8.1. A CEREJ optou por celebrar termo aditivo contratual e a adoção da metodologia do PRORET 8.4.

17.2. Composição da Base de Remuneração Regulatória

A Base de Remuneração Regulatória (BRR) das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica é composta pelos valores dos seguintes itens:

- I – Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme caso específico);
- II – Almoarifado de Operação e;
- III – Obrigações especiais.

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da BRR no 1CRTP-P, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração será obtida a partir dos ativos em operação, determinada regulatoriamente, a partir das referências de preços adotadas pela ANEEL;

- b) Considera-se como data-base do laudo de ativos o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do 1CRTP-P;
- c) A data anterior será utilizada para valoração dos ativos a partir do banco de preços referenciais da ANEEL;
- d) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de ativos e a data da revisão tarifária e;
- e) Em relação ao almoxarifado de operações, seu valor corresponderá ao percentual de 0,30% do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	71.048
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	5.123
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.664
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	64.261
(6) Depreciação Acumulada	20.198
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almoxarifado em Operação	333
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	4.452
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	46.731
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00
(18) Quota de Reintegração Regulatória	-
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.762

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima passaram a ser estimados.

17.3. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	46.731
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	11.683
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	11.683
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	23.366
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	639
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	1.889
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	4.849
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	7.377

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores da tabela acima passaram a ser estimados.

17.4. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 o valor da parcela B da tarifa da CER EJ passou a ser estabelecido com base em pleito formulado diretamente a ANEEL.

17.5. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada.

A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Processo Tarifário	DRA (mil R\$)	DRP (mil R\$)	Variação	Participação no Processo Tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	5.816	6.135	5,48%	0,56%	10,62%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	131	125	-4,10%	-0,01%	0,22%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.891	5.328	8,93%	1,27%	9,22%
PROINFA	794	681	-14,19%	-0,20%	1,18%
ENERGIA COMPRADA	10.498	11.463	9,19%	1,69%	19,85%
Energia	10.498	11.463	9,19%	1,69%	19,85%
TRANSPORTE DE ENERGIA	8.105	8.874	9,49%	1,35%	15,36%
Uso do Sistema de Distribuição	8.105	8.874	9,49%	1,35%	15,36%
RECEITA ANUAL	57.106	57.764			
Total de Parcela A	24.419	26.472	8,41%	3,59%	45,83%
Total de Parcela B	32.687	31.291	-4,27%	-2,44%	54,17%
Variação Econômica				1,15%	
COMPONENTES FINANCEIROS					
Repasso de PIS COFINS		722		1,26%	
Neutralidade Encargos Setoriais	-	540		-0,95%	
Compensação DIC FIC	-	269		-0,47%	
Subvenção CDE	-	18.581		-32,54%	
Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias		-		0,00%	
Outros Financeiros		1.895		1,12%	
Total Financeiros		- 16.773		-28,22%	
Variação Econômica e Financeira				46,56%	
Retirada dos Componentes Financeiros Relativos ao Processo Anterior				18,34%	
Efeito Médio a ser Percebido pelos Consumidores				64,90%	

A partir do segundo ciclo de revisão e em decorrência da opção pela metodologia PRORET 8.4 os valores referentes a parcela B da tabela acima passaram a ser estimados

17.6. Resultado do Reajuste

As tarifas de aplicação da CEREJ, constantes da Resolução Homologatória nº 3.123 de 27 de setembro de 2022, ficaram, em média, reajustadas em 18,34%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Estão em vigor, no período de 30 de setembro de 2023 a 29 de setembro de 2024, as tarifas constantes das tabelas anexas à Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.271 de 26 de setembro de 2023.

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

ATIVO	Nota	2023			2022		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Ativo Circulante		20.341	-	20.342	14.325	-	14.325
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.023	-	7.023	3.515	-	3.515
Consumidores	18.1	8.426	-	8.426	5.798	-	5.798
Serviços em Curso		120	-	121	141	-	141
Tributos Compensáveis		605	-	605	1.070	-	1.070
Almoxarifado Operacional		333	-	333	311	-	311
Ativos Regulatórios	18.2	1.953	-	1.953	1.739	-	1.739
Despesas Pagas Antecipadamente		37	-	37	16	-	16
Outros Ativos Circulantes		1.844	-	1.844	1.735	-	1.735
Ativo Não Circulante		54.533	2.838	57.371	48.981	3.161	52.142
Depósitos Judiciais e Cauções		4	-	4	4	-	4
Outros Ativos Não Circulantes	18.3	19.028	-	19.028	15.967	-	15.967
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão		10	-	10	8	-	8
Imobilizado	18.4	-	57.357	57.357	-	52.130	52.130
Intangível	18.5	35.491	-	35.491	33.002	-	33.002
TOTAL DO ATIVO		74.874	2.838	77.713	63.306	3.161	66.467

PASSIVO	Nota	2023			2022		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Passivo Circulante		12.315	-	12.315	9.793	-	9.793
Fornecedores		5.357	-	5.357	2.530	-	2.530
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		58	-	58	102	-	102
Obrigações Sociais e Trabalhistas		2.157	-	2.157	2.072	-	2.072
Tributos		1.383	-	1.383	327	-	327
Encargos Setoriais		454	-	454	11	-	11
Passivos Regulatórios	18.2	819	-	819	1.593	-	1.593
Outros Passivos Circulantes		2.087	-	2.087	3.158	-	3.158
Passivo Não Circulante		3.056	3.391	6.447	3.368	2.799	6.167
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		134	-	134	151	-	151
Tributos		406	-	406	297	-	297
Provisão para Litígios		1.455	-	1.455	2.109	-	2.109
Tributos Diferidos		1.061	-	1.061	811	-	811
Obrigações vinculadas à concessão	18.6	-	4.452	4.452	-	3.610	3.610
TOTAL DO PASSIVO		15.371	3.391	18.762	13.161	2.799	15.960
Patrimônio Líquido	18.8	59.503	-	58.951	50.145	362	50.507
Capital Social		885	-	885	864	-	864
Reserva de Capital		4	-	4	4	-	4
Outros Resultados Abrangentes		-	1.533	1.533	-	1.960	1.960
Reservas de Lucros		3.008	-	3.008	2.521	-	2.521
Reserva de Sobras		51.544	-	51.519	43.813	-	43.788
Sobras à Disposição da Assembleia		4.062	-	4.062	2.943	-	2.943
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.874	2.839	77.713	63.306	3.161	66.467

	Nota	2023			2022		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
Receita Operacional	18.7	74.063	- 7.957	66.106	63.407	- 7.835	55.572
Fornecimento de Energia Elétrica		12.379	-	12.379	14.224	-	14.224
Ativos e Passivos Regulatórios		1.079	-	1.079	- 2.378	-	2.378
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		32.470	-	32.470	24.823	-	24.823
Serviços Cobráveis		5	-	5	6	-	6
Doações, Contrib. Subvenções Vinc. ao Serv. Concedido		19.010	-	19.010	18.013	-	18.013
Receita de Construção		7.957	- 7.957	-	7.835	- 7.835	-
Outras Receitas Não Vinc. a Concessão Serv. de Energia		1.163	-	1.163	884	-	884
(-) Deduções da Receita Operacional		11.636	-	11.636	9.170	-	9.170
(-) Tributos sobre a Receita		6.462	-	6.462	6.088	-	6.088
ICMS		6.325	-	6.325	5.987	-	5.987
PIS-PASEP		24	-	24	18	-	18
COFINS		113	-	113	83	-	83
(-) Encargos do Consumidor		5.174	-	5.174	3.082	-	3.082
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		5.052	-	5.052	2.973	-	2.973
Taxa de Fiscalização Serv. Energia Elétrica - TFSEE		122	-	122	109	-	109
Outros encargos		-	-	-	-	-	-
(=) Receita Operacional Líquida		62.427	- 7.957	54.470	54.237	- 7.835	46.402
(-) Custos do Serviço de Energia Elétrica		22.825	-	22.825	19.835	-	19.835
Energia Elétrica Comprada para Revenda		17.020	-	17.020	14.627	-	14.627
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA		716	-	716	534	-	534
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		5.089	-	5.089	4.674	-	4.674
(=) Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		39.602	- 7.957	31.645	34.402	- 7.835	26.567
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		30.284	- 7.531	22.753	30.394	- 7.170	23.224
Pessoal e Administradores		12.396	-	12.396	10.936	-	10.936
Material		1.627	-	1.627	1.898	-	1.898
Serviços de Terceiros		3.352	-	3.352	4.079	-	4.079
Arrendamentos e Aluguéis		275	-	275	245	-	245
Seguros		307	-	307	61	-	61
Provisões	-	534	- -	534	972	-	972
(-) Recuperação de Despesas	-	539	- -	539	383	- -	383
Tributos		52	-	52	104	-	104
Depreciação e Amortização		2.266	132	2.398	2.047	191	2.238
Custo de Construção		7.957	- 7.957	-	7.835	- 7.835	-
Outros Custos		2.417	-	2.417	2.157	-	2.157
Outras Despesas Não Vinc. ao Serviço de Energia Elétrica		708	294	1.002	443	474	917
(=) Resultado do Serviço		9.318	- 426	8.892	4.008	- 665	3.343
(+) Resultado Financeiro		1.242	- 738	504	1.083	- 749	334
Despesas Financeiras	-	714	- -	714	787	- -	787
Receitas Financeiras		1.956	- 738	1.218	1.870	- 749	1.121
(=) Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		10.560	- 1.164	9.396	5.091	- 1.414	3.677
CSLL		224	- 66	158	133	- 67	66
IRPJ		599	- 184	415	345	- 187	158
(=) Resultado Líquido do Exercício		9.737	- 914	8.823	4.613	- 1.160	3.453

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos regulatórios

Não houve ajustes em ativos e passivos financeiros setoriais.

18.3. Outros ativos não circulantes - Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado. Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 abaixo.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da reavaliação regulatória compulsória do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, determinada pela Resolução Normativa 396/2010 e não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.5.2. Depreciação

Os valores dos ajustes são reflexo do descrito na nota 18.4 acima.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Os ajustes são decorrentes da aplicação da Res. 396/2010, artigo 2º, inciso 4º, que estabelece a transferência do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica para o ativo intangível.

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01).

18.7.2. Ativo intangível

Os efeitos de contabilização de contratos de concessão (ITG 01) referem-se ao registro do custo da parcela recuperável no prazo da permissão.

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICTG 01 e CTG 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A remuneração do ativo financeiro (resultado) refere-se ao ajuste a valor justo do custo mencionado na nota 18.7.3 acima.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os efeitos de imposto de renda e da contribuição social diferidos foram contabilizados tendo como base as alíquotas estimadas em 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Saldos no Início do Exercício	59.503	50.145
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	- 552	362
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão (ITG 01)	- 2.060	- 1.574
Reavaliação Regulatória Compulsória	1.533	1.960
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	- 25	- 24
Saldos no Fim do Exercício	58.951	50.507

Os efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão são reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória referem-se ao efeito desta reavaliação no Patrimônio Líquido não reconhecido pelas normas da contabilidade adotadas no Brasil. A sua realização pela depreciação ou baixa reflete no resultado regulatório a disposição da assembleia geral.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022
Lucro (prejuízo) Líquido Conforme Contabilidade Societária	9.737	4.613
Efeito dos Ajustes Entre Contabilidade Societária Versus Regulatória	- 914	- 1.160
Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória	132	191
Anulação Não Operacional	294	474
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão	738	749
Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis	250	254
Lucro (Prejuízo) Líquido Regulatório	8.823	3.453

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Anulação Não Operacional: refere-se aos efeitos das baixas de ativos imobilizados reavaliados compulsoriamente cuja mais valia não é reconhecida na contabilidade societária.

Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro da Concessão: refere-se aos efeitos da atualização do Ativo Financeiro da Concessão, reconhecidos na contabilidade societária conforme as normas de contabilidade adotadas no Brasil (ITG 01).

Tributos sobre as Diferenças de Práticas Contábeis: refere-se ao efeito tributário sobre as receitas decorrentes do ajuste a valor justo do ativo financeiro da concessão cuja tributação é estimada em 9% a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de 25% a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Biguaçu (SC), 31 de dezembro de 2023.

Edson Flores da Cunha
Presidente
CPF 707.436.499-15

Renann Luiz Kreusch
Contador
CPF 054.359.029-16
CRC/SC - 039369/O

2.3 – Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ

Biguaçu – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de Elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e administradores da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, com data de 17 de março de 2023.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SENADOR ESTEVES JUNIOR – CEREJ**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.